



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA DA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA,
REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E VINTE E QUATRO**

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta Vila de Tabuaço e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal, com a presença de vinte e um membros, verificando-se a ausência dos Deputados, **Álvaro Correia Soares Martinho, Artur Pina Martins, Cristofe Pedrinho, Eduardo Rodrigues Mendes** e da Deputada **Francelina Rodrigues Teixeira Gomes**, que justificaram a respetiva falta por motivos pessoais e profissionais. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia da Granja do Tedo**, fez-se representar por Carlos Joaquim Gomes Teixeira (Secretário), e o **Presidente da União de Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira**, fez-se representar por Fernando Veiga (Tesoureiro). -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento ao Plenário da renúncia do mandato do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, e que ao longo da sessão iriam ouvir um áudio acerca do mesmo. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento ao Plenário de alguns pedidos de substituição ao abrigo do disposto nos artigos 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, nomeadamente pela Deputada **Berta Ferreira Moutinho Amaral**, tendo sido convocado a cidadã subsequente na lista, **Sónia Cristina Rodrigues Resende**, acabando por faltar por motivos profissionais e ainda do pedido de substituição da Deputada **Rosa Maria Alves de Sousa**, tendo sido convocado o cidadão subsequente na lista **Micael Lamego dos Santos**. -----

Efetuada a chamada e verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos quando eram catorze horas e cinquenta minutos, sendo a sessão presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo**, e secretariada por **Gisela Catarina Pereira dos Santos**, Primeira Secretária que substituiu **Álvaro Correia Soares Martinho** e por **Cláudia Maria Benfeito Martins**, que substituiu a Segunda Secretária. -----

ATA 15 || 2021.2025 Fls. 311



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Executivo Municipal esteve representado pelo Presidente, **Carlos André Teles Paulo de Carvalho**, e pelos Vereadores **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira** e **Maria de Lurdes Ferraz Figueira**. -----

O Presidente da Assembleia Municipal saudou os presentes bem como os que acompanhavam através da página oficial do *Facebook* da Assembleia Municipal de Tabuaço. -----

Seguidamente, a Secretária da Assembleia Municipal procedeu à leitura da convocatória, na qual constava a seguinte: -----

===== ORDEM DE TRABALHOS =====

I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO. -----

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

III. ORDEM DO DIA: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município [cfr. alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

PONTO DOIS: Eleição dos membros para integrar a Assembleia Intermunicipal do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia Intermunicipal de Moimenta da Beira, Armamar e Tabuaçoⁱⁱ [cfr. alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º dos Estatutos]; -----

PONTO TRÊS: Apreciação, discussão e votação do projeto do Regulamento municipal para acesso e atribuição de habitação social em regime de renda apoiada e gestão das habitações propriedade do Municípioⁱⁱⁱ [cfr. alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -

PONTO QUATRO: Apreciação da informação do auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município, respeitante ao segundo semestre de 2023^{iv} [cfr. alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e subsequentes alterações]; -----

PONTO CINCO: Apreciação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão relativos ao exercício de 2023^v [cfr. alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

ATA 15 || 2021.2025 Fls. 312



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PONTO SEIS: Apreciação, discussão e votação da **proposta sobre a aplicação do resultado líquido do exercício de 2023**^{vi} [cfr. ponto 2.7.3.1. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado em anexo pelo Decreto-Lei n. 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual]; -----

PONTO SETE: Outros assuntos de interesse para o Município -----

Passou-se à apreciação da ata da reunião realizada a catorze de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, o Presidente da Assembleia Municipal informou que a ata da reunião anterior tinha sido remetida juntamente com a documentação respeitante aos assuntos que constavam do período da “Ordem do Dia” e questionou o Plenário se queria fazer alguma correção ou contributo do que nela estava vertido, não houve nenhum apontamento a fazer, pelo que foi colocada a votação, tendo antes o Presidente da Assembleia lembrado de que quem não esteve presente nessa sessão se deveria abster de votar, porque a legislação assim o referia, segundo os artigos 57.º e 58.º da Lei n.º 75/2013 concatenado com o disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo “*não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita*”. -----

Colocada a ata a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, por dezassete votos favoráveis. De referir que no momento da votação, o **Presidente da Junta de Freguesia da Desejosa**, o Secretário da **Junta de Freguesia da Granja do Tedo**, o Tesoureiro da **Junta da União de Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira** e o **Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora e Pereiro** não participaram da votação pelo facto de não terem estado presentes na reunião em causa. -----

Posteriormente, deu entrada no **PERÍODO** reservado à **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, e constatando a presença de dois munícipes, questionou se estariam interessados em intervir. -----

Foi assim concedida a palavra ao munícipe, **Francisco José Morais Ferreira da Fonseca**, proveniente da União das Freguesias de Paradela e Granjinha, que começou por se dirigir ao senhor Presidente da Assembleia, afirmando que na ata de vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e três o nome dele não estava completo, mais disse que na mesma ata consta o nome da ETAR de Paradela, mas o assunto que se abordou foi a ETAR da Granjinha. Terminou questionando, o porquê, de a ata do dia trinta de junho de dois mil e vinte e três não estar disponível no *site* do Município. -----

ATA 15 || 2021.2025 Fls. 313



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Continuou o município, Francisco José Morais Ferreira da Fonseca no que diz respeito à ETAR da Granjinha, segundo lhe consta, entrou em funcionamento em finais do ano de dois mil e dez, e no dia vinte e nove de abril de dois mil e onze, numa sessão de Assembleia Municipal, onde o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Granjinha, o senhor António Ribeiro, mostrava a sua preocupação com a chegada do verão, onde referiu que a ETAR se encontrava avariada. -----

Ainda no uso da palavra, o município, Francisco José Morais Ferreira da Fonseca, abordou o tema vinte e cinco de abril, no qual afirmou que o dia vinte cinco de abril para ele ainda não tinha chegado a Tabuaço, mencionando ainda como importante a menção do senhor António Ribeiro de vinte e cinco de novembro, em que no seu entendimento sem o vinte e cinco de abril não teria existido o vinte e cinco de novembro. Disse ainda que o mais importante não tinha a ver com a celebração ou não da data, que respeitava à opinião de toda a gente, mas que na verdade não havia liberdade de expressão, e nota que inclusivamente falando com algumas pessoas do município, chega à conclusão que existem retaliações com alguns, por se expressarem ou por dizerem aquilo que pensam, podendo haver boicotes. Como no comércio de Tabuaço, que é muito fraco ou quase nenhum, havendo situações em que a Câmara vai comprar fora fazendo um ou outro boicote às pessoas da terra. Continuou referindo que no que diz a respeito à sua pessoa sofreu algumas retaliações, estando estas relacionadas com a sessão da Assembleia Municipal do dia trinta de junho, pensando ele ter sido a última no dia vinte e oito de setembro, mas como houve uma retaliação de seguida, recebeu a mesma em finais de dezembro, afirmando que nada o podia atacar, mas atacaram o seu pai, uma pessoa com idade e que dificilmente se poderia defender. -----

Continuou dizendo que honras fossem feitas ao senhor deputado António Ribeiro, porque é um homem de palavra, uma vez que houve uma moção em relação ao vinte e cinco de abril do senhor deputado Cristofe Pedrinho, a qual foi reprovada e rejeitada em termos da comemoração, realçando a importância de reler a ata do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três. -----

Lamentou ainda a renúncia do deputado Nuno Oliveira, bem como a ausência do deputado Cristofe Pedrinho, porque na verdade costuma-se dizer que Deus escrevia direito por linhas tortas e ele acabou também por escrever direito por linhas tortas. Disse ainda que este ano foi comemorado o vinte e cinco de abril, e que o senhor Presidente da Câmara afirmou que nunca estaria presente nestas celebrações,

ATA 15 || 2021.2025 Fls. 314



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mas sim na celebração das festividades de São Marcos em Guedieiros, o que não se verificou. Afirmou que honras fossem feitas ao senhor deputado António Ribeiro, porque ele, na verdade, manteve a sua palavra. -----

Deu nota ainda no que concerne as retaliações, o seu pai tinha recebido uma notificação da Câmara Municipal, onde falava de uma contraordenação, entregando-a ao advogado do seu pai para indagar o assunto, chegando à conclusão de que ninguém lhe dava respostas, mas mesmo assim continuavam a enviar notificações. Disse ainda que enviaram quatro cartas, duas delas não levantadas e uma por correio simples deixada na caixa de correio, questionando o público se existia algum advogado na assembleia que pudesse dizer algo nesse sentido, se existia um advogado que estivesse a tratar de um assunto, entrando em comunicação com a Câmara Municipal e não lhe fosse dada resposta, continuando a enviar cartas à mesma pessoa. -----

Continuou referindo que no início foi uma carta apenas com o assunto que era a notificação de exercício de direito para o seu pai, e mais nada, e nesse sentido afirmou que o advogado telefonou e aí sim acabaram por lhe dizer alguma coisa, mas muito mais tarde. Depois de seguida recebeu duas cartas com aviso de receção, enviadas na mesma para o seu pai e com as fotografias do que é que na verdade se passava. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia Municipal** pedindo desculpa por interromper, mas agradecia que o senhor munícipe sintetizasse porque o tempo era limitado. -----

O munícipe referiu que na verdade não sabia se seria mais uma das verdades, porque na altura ficou-se numa situação de verdade ou mentira com a doutora Anabela Oliveira, que para ela era muito parecido uma verdade e uma mentira, onde uma contraordenação a dizer que é no dia catorze de agosto de dois mil e vinte e três, inclusivamente a dizer a hora, e depois vêm duas fotografias que são de dois anos antes, comprovado porque posteriormente mudaram a calçada, e nas fotografias remetidas ainda era a calçada antiga. -----

Finalizou afirmando que continuaria a dizer que era difícil as comemorações do vinte e cinco de abril em Tabuaço porque as pessoas tinham medo, mas ele não tinha, nem se iria calar referindo que só se calam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

os membros presentes na Assembleia Municipal, dizendo que os únicos participantes são o advogado que pediu a demissão, o doutor Nuno Oliveira, e o senhor deputado do Partido Socialista. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que o munícipe tinha de ter a consciência de que está a apresentar um ou vários assuntos, e a Assembleia Municipal dá abertura a que isso aconteça, porque democraticamente o regimento assim o institui, e que tecer considerações sobre a atuação dos senhores deputados, cada um desempenhava o seu exercício, o seu cargo, conforme a sua consciência assim o indicava, e conforme os assuntos que queira trazer e que queira debater. -----

No uso da palavra, o munícipe, **Francisco José Morais Ferreira da Fonseca**, dirigiu-se por último à doutora Anabela Oliveira, que falou em crime na última Assembleia Municipal onde esteve presente, questionando também se não seria crime fazer um juízo de valor dizendo que é crime, e inclusivamente tentar inibir as pessoas de poderem falar. -----

Para dar resposta à intervenção do munícipe, o **Presidente da Assembleia Municipal**, disse que não há delito de opinião, mas efetivamente o desempenho de funções quer de funções executivas pelos membros do Executivo Municipal, quer também dos senhores deputados na Assembleia Municipal, pautam-se pela sua convicção, pela convicção própria da correção e daquilo que acham que a sua consciência o exija. -----

Deu nota que no que concerne às interpelações que o trouxeram e que têm diretamente a ver com os trabalhos da Assembleia Municipal, referiu que iram analisar aquilo que referiu em relação à ata de setembro do ano passado, e à eventual confusão entre a ETAR da Granjinha e a ETAR de Paradela. Referiu ainda que a ata da reunião de junho de dois mil e vinte e três estava a aguardar uma assinatura da senhora secretária que substituiu o senhor secretário à época, portanto era só uma questão meramente administrativa e em muito breve trecho estaria disponível. -----

Relativamente à participação ou não participação, e à realização das festividades e da comemoração dos cinquenta anos do vinte e cinco de abril em Tabuaço, informou que foi uma iniciativa conjunta da Assembleia Municipal e do Executivo Municipal, aberta à população com o espírito de liberdade, de fraternidade e de igualdade, portanto não se revia com o que foi dito em relação à conduta desta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal, dos seus deputados, dos seus presidentes de junta e também do Executivo Municipal. -----

Finalizou dizendo que em relação às acusações de boicote ou de retaliações, ficam com quem as profere, não lhe cabia a ele fazer essa análise, porque é uma convicção do munícipe, e não se revia em posições que corroborem essa situação. -----

Para dar resposta à intervenção do munícipe, foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, que após cumprimentar todos os presentes, afirmou não ter percebido muito bem a lógica das várias coisas que foram ditas, nem percebeu muito bem o alcance das mesmas, até porque elas não foram nem especificadas, nem declaradas, foram ditas de uma forma um bocadinho abrangente e no ar, o que permitia uma infinidade de interpretações, em que cada um tomava a que lhe fosse mais apropriada. Disse ainda que a vida política era interessante porque nunca cessa de os surpreender, e que não esperava ouvir muito menos durante estes anos em que exercia o cargo de Presidente da Câmara, de retaliar ou de pressionar, mas em que a verdade era só uma, de uma forma que lhe parecia subjetiva e não objetiva, pois um munícipe acabou por dar mais indicações aos senhores membros e deputados da Assembleia Municipal, de como gostaria que eles exercessem a sua função, sendo que deviam abrir aqui um parênteses, pois a Assembleia Municipal não funcionava conforme eles queriam, ou as pessoas não diziam aquilo que eles queriam ouvir, e nesse sentido solicitar e tentar de alguma forma condicionar ou encaminhar aquilo que é a função ou a forma como se pretende que os membros da Assembleia Municipal exerçam o seu mandato, mais do que propriamente alguma vez ele o tenha feito. -----

Continuou dizendo que, chegar de uma forma pública e insinuar que as pessoas que iam a votos, pessoas que se apresentavam perante os seus fregueses, perante os seus munícipes e que eram validadas por eles, insinuar de alguma forma e dizer nas entrelinhas, sem sequer se especificar que essas pessoas que estavam lá, estavam com medo, mas essas pessoas não têm medo quando se apresentam a eleições, estar a colocar em causa a sua coragem, o empenho e até a verticalidade. Realçou que podia ter entendido mal, mas também, quando não especificam as coisas, deixam uma infinidade de possibilidades para quem está a ouvir interpretar conforme assim o entendam. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No seu entendimento existia uma narrativa muito própria, até porque havia situações que nunca aconteceram no município, nomeadamente qualquer tipo de retaliações ou de boicotes, mas o contrário, pois já houve uma infinidade de situações, nas quais as pessoas são marcadamente contra a Câmara Municipal, e a Câmara Municipal continua a estar presente, porque entendem que esta é a lógica e a Câmara Municipal não é só o próprio, a Câmara Municipal é incomparavelmente mais do que ele e do que aqueles que a representam, e tinham que ter a perceção de que quando ocupam um determinado lugar, não são eles que o fazem, têm que o dignificar. Convicto, disse que durante quase onze anos o Executivo Municipal e a mesa da Assembleia Municipal demonstraram muitas das vezes que põem claramente acima daquilo que acreditam que é o bem maior para o Concelho, mesmo não acertando sempre. Discordar todos podem discordar daquilo que era a sua estratégia, mas que de quatro em quatro anos existia uma validação por parte das pessoas, o que comprovava que não podem aprovar o facto de alguém os acusar de pressões, de boicotes ou de retaliações. -----

Relativamente à questão das ETAR'S, afirmou que há poucos dias tinha reunido com os presidentes de junta, salientando que reuniam com periodicidade e onde estavam durante várias horas dizendo o que lhes apetecia. Conversaram sobre a situação em causa, onde existiram algumas surpresas pelo facto de algumas das ETAR'S estarem ou com avarias ou com mau funcionamento, até porque tinham uma empresa que fazia essa manutenção. E assim ouvir que nada foi feito desde essa altura ou desde essa reunião, não era verdade, até porque tem andado uma equipa da Câmara Municipal juntamente com a equipa dessa empresa, no sentido de perceber quais os problemas, sendo que alguns deles até já deveriam ter sido reportados à Câmara Municipal por parte dessa empresa. -----

Mais disse que foi interpolado sobre a questão da ETAR de Paradela, por causa da presença do senhor Francisco Fonseca numa sessão de Assembleia Municipal, onde o mesmo afirmou que não houve uma negociação, onde o Presidente da Câmara Municipal aproveitou para dizer que na altura não respondeu porque não estava presente, mas que houve uma negociação pelo menos entre os dois, e que quando o questionou relativamente à situação da compra, o senhor Francisco Fonseca, à época, afirmou que as únicas condições nas quais vendia ou estavam dispostos a negociar o terreno, era a escola que já tinha sido decidido pelo Tribunal ser da Câmara Municipal passar para eles, bem como o caminho de São Pedro das Águias para a Casa Daniel, pois entendiam ser sua propriedade. Assim sendo não tinham o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mínimo de condições de continuar a negociar daquela forma, e posteriormente encontraram outro terreno, propondo à Comissão de Coordenação a alteração do projeto para que pudesse ser aprovado com essas alterações, e para que tudo pudesse ser devidamente cumprido e legalmente enquadrado. --

No que diz respeito à celebração do dia vinte cinco de abril, acredita que o princípio do senhor Francisco Fonseca vir à Assembleia Municipal seria com a melhor das intenções e com a maior das bondades, como a de qualquer pessoa, qualquer pessoa que se disponibilize para se candidatar, para exercer aquilo que é a causa pública, ou até para se preocupar e vir falar sobre ela. Realçou a sua indignação por o município pôr em causa as verdades e as mentiras dos políticos. -----

Finalizou agradecendo ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e a quem organizou os festejos, por ter marcado a tempo de forma a que conseguisse estar no dia vinte cinco de abril e na Festa de Guedieiros, porque se tivesse de escolher, iria manter a sua palavra. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para dar resposta à intervenção do município, e após cumprimentar todos os presentes, dirigiu-se ao município presente, com a palavra crime, lembrando-o que era crime ir com insinuações e apontar determinados factos que não são verdade, quer a membros da Assembleia Municipal, quer a membros do Executivo Municipal. -----

Informou ainda que na altura em que o fez, fez com toda a legitimidade e tendo em conta todas as insinuações e todos os ataques que foram feitos na Assembleia Municipal. -----

Relativamente à questão da retaliação, disse que se o doutor considerava retaliação o gabinete de fiscalização fazer aquilo que lhe competia, que era levantar autos de contra ordenação ou obras ilegais, então teriam de se sentir retaliados, porque uma coisa era certa, uma obra ilegal não deixa de o ser simplesmente porque a cara do dono os agrada ou deixa de agradar, assegura também que enquanto estiver assumir as suas funções, o cumprimento da lei vai ser feito, conforme tem sido feito e conforme o executivo tem pautado a sua atuação, e era nesse sentido que continuaria a agir, não havendo retaliação nenhuma, porque eram várias as construções ilegais, que à semelhança de todas as outras tinham de ser legalizadas. Mais disse que o serviço de fiscalização não passava diretamente pelos membros do Executivo Municipal, e por isso é que existia um gabinete de fiscalização que mais que não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinha senão de fazer o seu serviço, que era andar na rua e verificar quais seriam as obras ilegais e levantar os correspondentes autos. -----

Seguiu-se a intervenção do deputado **António Ribeiro**, que após cumprimentar os presentes na sessão, disse que esperava que o que tinha dito tivesse sido gravado, voltando a afirmar que não era contra o vinte cinco de abril, mas sim contra a maneira como se festejava o vinte e cinco de abril. -----

Mais disse que este ano nas celebrações os capitães estavam todos sentados com o cravo ao peito, mas não viu nenhum sargento, cabo ou soldado, a não ser em cima dos carros blindados que foram reparados uma semana antes para desfilarem. -----

Continuou dizendo mais uma vez que não é contra o vinte e cinco de abril, mas sim da maneira como o festejam, lembrando ainda os políticos que apelaram na Assembleia da República para ser oficiado o vinte e cinco de novembro. Disse não ter medo de falar como o município referiu. Continuou referindo que o vinte e cinco de abril não foi feito só pelos ex-capitães, existiam centenas de soldados, sargentos, cabos, e onde ninguém mencionou o Tenente-Coronel Jaime Neves, do vinte e cinco de novembro, afirmando que não era político, mas se não fosse o vinte e cinco de novembro, teriam entrado numa guerra civil, onde foram distribuídas centenas de armas do vinte e cinco de abril, ou seriam hoje uma colónia da União Soviética. -----

Deu nota na sua intervenção dizendo: “vinte e cinco de abril sim, vinte e cinco de novembro sempre.”. Disse que não veio às comemorações do vinte cinco de abril, porque assume as responsabilidades do que disse. -----

No que concerne ao assunto da ETAR, como o município referiu, o deputado António Ribeiro afirmou que a figueira foi cortada, não sabendo por quem, e o motor foi roubado, ou retirado pelos funcionários da empresa, ou levado para compor, mas o que é certo, é que ainda não estava lá e que a ETAR continuava a céu aberto. -----

O município, **Francisco José Morais Ferreira da Fonseca**, usou da palavra novamente para dizer que que conhece muito bem o deputado António Ribeiro e sabe que não era contra o vinte e cinco de abril.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No que diz respeito à ETAR solicitou ainda ao senhor Presidente da Câmara os relatórios de manutenção, visto que alguma coisa devia estar mal, porque não podia haver relatórios de uma coisa que não existe.

Para responder à senhora Vice-Presidente da Câmara, no que dizia respeito à retaliação, referiu que se esqueceu de um pormenor, questionando-a o porquê de ser só agora, uma vez que a obra tinha sido feita em dois mil e quinze/ dois mil e dezasseis, solicitou ainda um levantamento às obras que aconteceram, para ver os licenciamentos que existem. Mais disse que as fotografias estão fora da realidade do dia em que o fiscal disse que foi ao local, questionado ainda o senhor Presidente da Assembleia Municipal se era possível ter acesso às contraordenações do ano dois mil e vinte e três, uma vez que até agosto só tinha havido quatro contraordenações. -----

Afirmou ainda, que houve resposta passado quatro ou cinco meses, e como era possível em quatro contraordenações, no caso do seu pai, só ter tido resposta em dezembro. Disse ainda que na altura foi pedido um licenciamento para se colocar o telhado e quando a casa começou a desmoronar tinha de tomar medidas e tinha de fazer alguma coisa, afirmou que se queriam que as pessoas não fizessem nada, estavam no bom caminho, e no seu entendimento vê-se uma serie de situações do género. -----

Concluiu, questionando como era possível estar no Douro Vinhateiro e existirem casas com as janelas de uma cor, as portas de entrada com outra e a porta da garagem com outra, questionando onde se encontrava a fiscalização, ou era um mau fiscal, ou não fiscalizava, ou muito pouco se trabalhava em termos de obras e as pessoas começavam a desacreditar, não fazendo obras porque alguma coisa corria mal, porque só quatro contraordenações era sinal de que havia muito pouca fiscalização ou então havia muito poucas obras. -----

No que concerne à intervenção do munícipe, Francisco José Morais Ferreira da Fonseca, o **Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra referindo que não tinha falado em relatórios, mas sim numa empresa que faz manutenção e daí a sua surpresa relativamente àquilo que estava a ser dito, disse que não consegue perceber se a empresa realmente fazia a manutenção conforme negociaram e pagavam para tal. -----

No seu entendimento não podem chegar à Assembleia Municipal e dizer aquilo que lhes apetecia, informou que houve uma fase complicada, mas que foi nomeado exteriormente à Câmara Municipal uma

ATA 15 || 2021.2025 Fls. 321



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

peessoa para as contraordenações, fruto da situação que decorreu no município, e que estavam a ser levadas a cabo. Realçou que a importância neste assunto seria perceber se obra estaria legal ou não, não podendo arranjar desculpas, mas sim perceber o que fazer para legalizar aquilo que foi feito sem licença. -----

Salientou ainda que justificar aquilo que fazem à partida e que não deviam ter feito, era relativamente simples e que o mais importante seria assumir as responsabilidades, como eles assumirem o facto de estarem surpresos por alguém que estava a fazer a manutenção à partida não a estava a fazer bem, e acabavam por ser penalizados por isso, que a seu tempo, no momento estavam a tentar chamar à responsabilidade pelo facto de estarem eventualmente a fazer um trabalho que não estaria a ser bem feito. -----

Finalizou realçando que existia uma série de situações que não são concretizadas, mas que ficam no ar, e que cada um tira a sua interpretação. Afirmou que a Assembleia Municipal, não pode, não deve, e tem de exigir mais a quem faz intervenções e lhe seja questionada a seriedade, a honestidade e aquilo que é a própria liberdade de pensamento ou de expressão. Disse que caso houvesse alguma questão ou informação, os serviços estariam disponíveis para responder. -----

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo começado por referir a efeméride da comemoração dos cinquenta anos do vinte e cinco de abril, que foi comemorado com uma cerimónia simples, digna e que honrou todos quantos em Tabuaço, todos quantos que participaram ativamente, quer na Guerra do Ultramar, que foram lembrados novamente, quer também muitos dos que participaram no golpe de vinte e cinco de abril, que pela adesão da população em grande maioria, se tornou numa revolução, a mais romântica mundialmente reconhecida, com adesão de uma grandíssima parte da população, que reconhecia os valores da liberdade, da equidade, da livre expressão, da livre participação e da capacidade plena de dirigir e de traçar o futuro de um povo, enquanto sociedade e enquanto nação, partilhando valores de democracia, de liberdade e de equidade entre os seus cidadãos. O festejo contou com a participação da Guarda da Honra dos Bombeiros Voluntários, que muito o honrou. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Enalteceu ainda os discursos que foram preferidos pelas várias forças políticas que tinham assento na Assembleia Municipal, todas com um traço comum, que foi o reforço da necessidade e do empenho de todos e de cada um na liberdade e na concessão de uma sociedade que na democracia defende essa liberdade. -----

Deu ainda nota da correspondência que chegou aos serviços da Assembleia Municipal no período que intermediou a última reunião de catorze de fevereiro e esta, nomeadamente que iriam ter a inauguração de uma exposição referente à Assembleia da República no próximo dia dez de maio, em que todos estariam desde então convidados a participar na mesma, informou que iriam estar presentes os responsáveis do Parlamento Nacional e a seu tempo seriam enviados os convites aos senhores deputados para que tenham conhecimento e que possam participar. -----

Informou da receção por parte do Executivo Municipal do Estatuto do Direito da Oposição e do Relatório de Avaliação Anual, onde todos tiveram a oportunidade de analisar, porque lhes foi enviado. -----

Mencionou que o Executivo deu conhecimento das atas das reuniões da Câmara Municipal no período que intermediou a última reunião ordinária de fevereiro e esta, encontrando-se disponíveis na página eletrónica do Município de Tabuaço. -----

Por fim, o Presidente da Assembleia Municipal, retomou ao assunto que ficou em aberto no início dos trabalhos, no que dizia respeito à renúncia do mandato do deputado Nuno Manuel Paiva de Oliveira, que solicitou e foi anuído a possibilidade de fazer a sua declaração através de um áudio que foi reproduzido no momento e o qual teriam oportunidade de o ouvir nas redes sociais posteriormente. -----

Após a audição da renúncia do mandato do deputado Nuno Manuel Paiva de Oliveira, o **Presidente da Assembleia Municipal**, afirmou que não se pronunciava sobre o conteúdo, porque os assuntos que ele trouxe naquela comunicação ia trazendo já há algumas sessões atrás, algumas delas ou quase todas, tinham sido respondidas atempadamente. Realçou a forma que demonstra que o vinte e cinco de abril passou por Tabuaço, a abertura por parte da mesa da Assembleia Municipal, por parte do Presidente da Assembleia Municipal, de permitir uma comunicação áudio que podia ter sido vedada, permitiu que esta comunicação fosse feita pela viva voz do senhor ex-deputado, o que revela a abertura e o desassombro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que existia na Assembleia Municipal e por todos quantos dela faziam parte e desempenhavam as funções para as quais foram encarregados, bem como pelos restantes munícipes Tabuacenses. -----

Interveio o **Presidente da Câmara Municipal** que começou por dizer que não fazia sentido estar a falar sobre os motivos que foram invocados até porque no dia de amanhã poderia ser contestada, e acreditava que existiram mais oportunidades, apenas agradecendo a forma rápida e objetiva com que o senhor deputado Nuno Manuel Paiva de Oliveira se dirigiu. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de **ANTES DA ORDEM DO DIA** e sugeriu que os trabalhos fossem interrompidos para um intervalo. -----

Retomando os trabalhos agendados, o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no período da **ORDEM DO DIA** prossequindo de imediato para o ponto um respeitante à **apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município** e para a qual foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que começou por transmitir que iria ser breve uma vez que tiveram a informação em fevereiro na Assembleia Municipal, e em junho de uma forma mais pormenorizada conversariam. -----

Começou por referir que iriam apresentar até ao final do mês no âmbito do aviso que estava aberto, a candidatura respeitante à intervenção na Escola Abel Botelho, e na próxima reunião de Câmara Municipal iriam aprovar o projeto para depois avançarem com a mesma. Manifestou ainda que esperava que fosse efetivado o apoio que a DGEstE (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares) e o Ministério da Educação entendessem, uma vez que têm manifestado veementemente aquilo que era o pacto dentro da CIM Douro, dado que a escola de Tabuaço foi intervencionada há mais tempo dentro daquelas que foram apoiadas no anterior quadro comunitário. Mais disse, que na última atualização foi o Governo que hierarquizou há cerca de um ano atrás com a DGEstE, não havendo a participação da CIM Douro em tal proposta, o que acabou por prejudicar o Município, esperando que esse prejuízo que têm reivindicado insistentemente, seja corrigido agora no âmbito da candidatura, esperando ainda que seja prontamente aprovada por forma a iniciar com a maior brevidade possível as intervenções. -----

Referiu também que na passada semana tiveram uma reunião com os senhores presidentes de junta, uma vez que se comprometeu a atualizá-los daquilo que era o processo, e em que finalmente tinha

ATA 15 || 2021.2025 Fls. 324



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

chegado o relatório de impacto ambiental, que apesar de o primeiro ter obtido um parecer favorável, implicava ainda alguns condicionalismos relativamente aos painéis fotovoltaicos e ao parque. Informou que a empresa Finerge, concessionária, ou dona da obra, entregou à APA (Agência Portuguesa do Ambiente) a justificação para esses condicionalismos. Deu ainda conhecimento que já tinham rececionado o relatório de impacto ambiental final, estando já no processo final da aprovação da arquitetura. Mais disse que tiveram uma reunião tendo em vista a possibilidade de alguns projetos ou em conjunto entre as três freguesias ou eventualmente separados, ao apoio dentro daquilo que é o enquadramento legal, sendo que o Município avançou com a candidatura ao Fundo Ambiental para o valor aprovado por Megawatt. Prevê ainda que independentemente de o projeto de arquitetura ser aprovado com a maior brevidade, haveria a possibilidade de haver um espaço temporal, porque o próprio relatório de impacto ambiental impedia o início da obra a breve trecho tendo em conta a época de nidificação de certas espécies. -----

Continuou explicando que no final deste quadro comunitário, em que foram apresentados em fevereiro os relatórios finais, encontravam-se já a preparar candidaturas dentro do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), tal como a escola e outras, sendo que já tinham sido assinados os contratos na passada quarta-feira em Penedono, com a presença do senhor Presidente da Comissão de Coordenação (CCDRN) e os representantes quer da área metropolitana do Porto, quer das demais CIM'S do Norte, relativamente ao novo quadro, esperando que este entrasse em funcionamento o mais rapidamente possível. -----

Deu nota que relativamente ao PDM (Plano Diretor Municipal) estavam num processo complexo, porque estavam cerca de mais de dois terços das câmaras do Norte do país em processo de revisão, e as estruturas que superentendem ou que regulamentam e que são obrigadas a estar nas reuniões e a dar estes pareceres, acabavam por não ter recursos para conseguir avançar o mais rapidamente possível, estando o Município na tentativa de marcação da primeira reunião plenária. No que concerne a este assunto informou que existiam novas indicações no sentido de haver orientações distintas e de eventualmente nos territórios de baixa densidade, haver uma abertura maior relativamente a novas áreas urbanizáveis, o que era claramente contrário àquilo que eram as diretrizes que regeram o último PDM, e que serviram de base para o início desta nova revisão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Finalizou, indicando que conforme conversa com Câmara Municipal de Viseu na semana anterior, era intuito do Município avançar com a maior brevidade possível, com o aumento do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) nas casas abandonadas ou devolutas, porque para além de as áreas urbanizáveis serem importantes, não se poderia estar sempre a aumenta-las e ficar com os núcleos urbanos vazios, porque as casas estavam devolutas e porque muitas das vezes existia uma dificuldade enorme em conseguir negocia-las ou vendê-las, face aos preços proibitivos, realçando a importância de ao longo do ano trabalharem nesta questão para aquando da atribuição das taxas de IMI. -----

Terminados os esclarecimentos por parte do Presidente da Câmara Municipal e não havendo intervenções sobre este assunto, o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no **ponto dois** da ordem do dia, referente à **Eleição dos membros para integrar a Assembleia Intermunicipal do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia Intermunicipal de Moimenta da Beira, Armamar e Tabuaço**. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento que os deputados tiveram a oportunidade de apreciar os estatutos da entidade, adotando o nome de CROAC (Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia Intermunicipal). Disse ainda que segundo a alínea número dois do artigo décimo dos seus estatutos, teriam de fazer a eleição dos representantes na Assembleia Intermunicipal, onde refere que deveriam indicar três membros efetivos, aproveitando a oportunidade para elegerem mais três suplentes para a eventualidade do impedimento de alguns dos anteriores. Informou também que a votação seria por voto secreto e haveria a oportunidade dos senhores deputados apresentarem a lista para compor esses elementos na Assembleia Intermunicipal. -----

A **Secretária da Assembleia Municipal**, Gisela Catarina Pereira dos Santos, entregou uma lista, a qual o Presidente da Assembleia Municipal designou por lista A. -----

Continuou o **Presidente da Assembleia Municipal**, apresentando a lista A à Assembleia Intermunicipal do Centro de Recolha Oficial de Animais Companhia, dando conhecimento que a mesma seria pelo período de dois mil e vinte e quatro a dois mil e vinte e cinco, respeitante ao presente mandato autárquico, e posteriormente no próximo mandato seriam oportunamente renovados, através de uma próxima eleição. Começou por indicar como primeiro efetivo Bruno José Ladeiras da Silva, segundo efetivo, José



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Manuel Paixão, terceiro efetivo, Fernando Manuel Covelinhas da Costa, primeiro suplente, Manuel António Carvalho da Silva, segundo suplente, Joaquim Filipe Lima Taveira e terceiro suplente, Sérgio Manuel Ferreira. -----

Após a apresentação da lista, a **Secretária da Assembleia Municipal**, Cláudia Maria Benfeito Martins, começou por fazer a distribuição dos boletins eleitorais, chamando os senhores deputados por ordem para procederem ao respetivo voto. -----

Terminada a votação por voto secreto, procedeu-se à contagem dos votos, tendo sido a Lista A aprovada por maioria, com vinte votos favoráveis, e um voto branco. -----

Continuando com os trabalhos agendados, o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no **ponto três** da ordem do dia, referente à apreciação, discussão e votação do **projeto do Regulamento municipal para acesso e atribuição de habitação social em regime de renda apoiada e gestão das habitações propriedade do Município**, projeto esse que já tinha estado em apreciação por parte do Executivo Municipal e publicado em Diário da República, tendo em discussão pública merecido contributos por parte de um ou mais cidadãos e, novamente remetido à Assembleia Municipal para apreciação e votação final, solicitando assim ao Presidente da Câmara Municipal que tomasse da palavra para fazer uma breve contextualização sobre o assunto. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** começou por referir que o projeto esteve em apreciação e que numa determinada fase houve algumas incoerências com aquilo que eram os ajustamentos legais que ocorreram ao longo dos anos. Afirmou que houve situações que poderiam ser mais dúbias ou eventualmente menos justas, mas essas alterações já tinham sido feitas. Mais disse que tiveram alguns contributos no período da discussão pública e que o documento que apresentam é o que lhes parece ser o mais sensato e o mais justo possível, e que nada impedia que dali a um ano ou dois, entendam que outras situações menos claras surjam ou que existam, bem como possíveis evoluções legais. -----

Terminados os esclarecimentos por parte do Presidente da Câmara Municipal e não havendo intervenções sobre este assunto foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, com vinte e um votos favoráveis. -----

ATA 15 || 2021.2025 Fls. 327



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Continuando com os trabalhos agendados e por sugestão apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal, tendo em conta o conteúdo dos três pontos seguintes: o **ponto quatro** respeitante à apreciação da informação do auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município, respeitante ao segundo semestre de 2023; o **ponto cinco** sobre a apreciação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão relativos ao exercício de 2023; e o **ponto seis** concernente à apreciação, discussão e votação da proposta sobre a aplicação do resultado líquido do exercício de 2023; e da relação entre os mesmos, foram apresentados em simultâneo e no final, votados em separado. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** aceitou a proposta da discussão conjunta dos três pontos e começou por dar nota que para questões mais técnicas estava presente a Chefe da Divisão Financeira, Fernanda Lamas, para eventualmente responder. Referiu que houve parte do ano em que não esteve presente, afirmando que foi um ano atípico, instável, mas que permitiu fruto também daquilo que foi o empenho de quem à época assumiu a gestão, de conseguir continuar aquilo que tem sido apanágio do Executivo Municipal, nomeadamente a questão do rigor, com a questão da maior eficiência possível, no sentido de continuar o percurso de decrescer a dívida. -----

Referiu que a tal instabilidade resultou naquilo que é o relatório do Auditor Externo, em que no fundo as reservas e as ênfases mantêm-se, uma vez que essa própria situação que atravessou, levou a que outras situações nomeadamente aquilo que foi o fecho do quadro comunitário, e a resposta a todas essas exigências que se iam colocando no sentido de fechar quer os serviços, quer as obras às quais se tinham candidatado, foi a prioridade ao longo do ano, fruto da maior dificuldade em conseguir chegar a todos os pontos, pois grande parte desses assuntos acabaram, nomeadamente a contratação de uma equipa externa para resolver o problema do inventário do imobilizado, porque realmente não têm capacidade interna, à semelhança daquilo que já tinham dito na Assembleia Municipal do ano anterior, fruto dos poucos recursos, das baixas, da questão das férias, o que torna difícil conseguirem alocar funcionários para fazer esse trabalho mais específico, e depois de terem falado com o revisor sobre o assunto, esperavam que no final do ano pudessem chegar com este assunto resolvido, não na totalidade, mas em parte. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida, o Presidente da Câmara Municipal acrescentou que relativamente à questão da Beleza do Monte, que o entendimento do revisor é de que o município não se enquadra naquilo que são as competências da Câmara Municipal à integração numa sociedade, mas também, como já tinham dito várias vezes, era uma questão que assumiram, e enquanto não houvesse uma resolução definitiva do processo judicial no qual a Câmara Municipal também era assistente relativamente a essa situação, entendem que poderia ser precipitado a possível saída, enquanto não houvesse uma clara definição daquilo que era o processo que ainda estava a decorrer. -----

Em relação aos fundos disponíveis, acreditavam que por aquilo que já no ano passado era o rácio de endividamento e o limite de endividamento, reforçado este ano, que conseguiriam não ter aquele problema, que implicava a que viesse também essa reserva naquilo que era o relatório do auditor externo, porque no que diz respeito à questão dos fundos disponíveis, todos os municípios que estão abaixo do limite do endividamento encontram-se excecionados ou excluídos dessa obrigação, o que já no ano passado aconteceu, mas depois ainda necessitavam da mesma, uma indefinição pelo facto do valor ser muito próximo do limite, que era um vírgula cinco, mas como este ano houve a redução para um virgula vinte e seis, com toda a certeza que quando a DGAL (Direção-Geral das Autarquias Locais) validar as contas já estarão rececionados, o que para o município é importante reter naquilo que é o fecho das contas, os números são aqueles que realmente o exercício do ano e daquilo que as opções estratégicas fazem resultar, salientando ainda a enorme redução, de cerca de quase novecentos e cinquenta mil euros no valor total de dívida, a redução também no rácio de endividamento de um virgula quarenta e quatro, para um virgula vinte e seis, quase zero virgula vinte o que também é fundamental, e se olhassem para aquilo que eram os valores que registaram entre dois mil e treze e dois mil e quinze, e o rácio de endividamento que chegaram a um valor superior, tinham cerca de treze milhões, registaram quase mais oito milhões de juros e de faturas, e os rácios de endividamento estavam superiores, e ao longo destes quase onze anos houve realmente uma redução considerável. -----

Continuou dizendo que não se podem esquecer de onde partiram, uma vez que a situação financeira em Tabuaço colocava entraves, colocando constrangimentos que muitos municípios à volta acabavam por não ter porque fizeram outro tipo de trabalho, mas isso acabava por criar esses entraves, conseguindo não descurar esse investimento, continuando a transferir para as juntas de freguesia, entendendo o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

executivo serem importantes pela proximidade e por aquilo que era um maior empenho, tendo uma perceção mais sensível relativamente aos problemas que vão surgindo diariamente. Deu nota ainda do esforço que tem vindo a ser feito ao longo dos anos, fruto muitas das vezes da compreensão e pela forma como de como os deputados entendem aquilo que tem sido o trabalho que têm tentado levar a cabo para que o sucesso destes números realmente seja atingido. -----

Realçou mais uma vez a importância de estarem abaixo do nível de endividamento, e o facto de este ano passarem de uma possibilidade de endividamento de cerca de trezentos mil euros, que não chegava a quatrocentos mil euros, para quase um milhão e oitocentos mil euros, portanto a possibilidade aliada ao facto de insistirem novamente junto do Ministério no sentido de ser permitido ir novamente a um saneamento financeiro, não no sentido de aumentar a dívida, mas sim de consolidar aquela que já resulta do primeiro saneamento financeiro, e no qual ficaram parte da realidade financeira da Câmara, situação que permitisse consolidar a dívida, e deixarem de ter aquela dívida a curto prazo que ainda hoje existe e que leva àquilo que falaram na última reunião de Câmara Municipal, e quando o senhor deputado Cristofe Pedrinho referiu na questão dos prazos médios de pagamento, que resulta dessa realidade, mas para o município seria incomparavelmente melhor terem apenas uma realidade e um compromisso, do que terem dez ou mais acordos com taxas de juros incomparavelmente maiores como aqueles que resultam do acordo que têm com as águas de Trás-os-Montes. Acredita ainda que este ano e naquilo que é a realidade financeira, se for permitido legalmente pelo Governo fazê-lo, a banca com toda a certeza, até porque já fizeram propostas para valores mais elevados aquela situação que tentaram fazer em dois mil e dezoito, aprovaria, acreditando que permitiria para quem suceder o Executivo Municipal, encontrar uma realidade mais fácil de trabalhar, o que no momento era extremamente difícil, com a imprevisibilidade de se amanhã houver uma decisão do tribunal e tenham um qualquer acordo para fazer, ou uma qualquer decisão dentro daquilo que é a realidade financeira do município, dificultaria muito mais um planeamento a médio e longo prazo. -----

Salientou ainda que se tinha esquecido de referir anteriormente, mas o facto de reivindicarem muito em Bruxelas, e junto do Governo, não lhe parecia que existirão fundos para as estradas, disse que em Mons, Bélgica, na última Cimeira Europeia das Regiões e da Cidades, houve um painel no qual esteve presente o senhor Presidente da Câmara de Braga e de Portimão, o Ricardo Rio e a Isilda Gomes, sobre a gestão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de riscos e onde esteve presente por videochamada o senhor comissário europeu para essa matéria, e pessoas do Parlamento Europeu ligadas a este tema, para aquilo que é a gestão do risco, falou-se numa série de situações principalmente a problemática do combate às alterações climáticas, aproveitando a situação que aconteceu no Peso da Régua, com a caída do muro, uma situação em que os orçamentos já vão acima de quatro milhões de euros para se refazer o mesmo numa estrada municipal, referindo novamente na tal imprevisibilidade, pois câmaras que estavam relativamente bem financeiramente, de um momento para o outro, ficaram com um problema que coloca em causa tudo aquilo que está pensado num horizonte temporal. Continuou referindo que o Douro vivia um problema similar, onde todos têm a percepção que em todos os concelhos pelo menos naqueles mais similares ao de Tabuaço, com estradas e com a orografia semelhantes, grande parte das estradas estão a cair. Mais disse, que ainda vivem com o perigo e com o peso constante da única estrada que têm para fazer a Nacional duzentos e vinte e dois (N222) possa cair, sendo que, e apesar daquilo que seria o problema a nível logístico, beneficiaria bastante, até porque no ano passado, quando a estrada esteve fechada três dias, o movimento que aconteceu no concelho foi incomparavelmente superior, não tendo nada a ver com aquilo que normalmente acontece. -----

Realçou que muitas das vezes procuram para a falta de população, para a falta de comércio, arranjar situações mais filosóficas, mais esotéricas, mais profundas do que propriamente aquelas que estão à frente dos olhos. Portanto, era sempre mais fácil arranjar uma série de outras soluções. Mas, à época, falaram ainda no sentido de ser criado um regime que lhe parecia importante no Douro e em situações similares, no sentido de tentarem prevenir e não apenas de combater, ou seja, pensarem na possibilidade de existirem fundos comunitários para estes casos. -----

Transmitiu ainda que existe a possibilidade durante este ano ou no próximo ano, tentar obter financiamentos para conseguir dentro daquilo que é uma hierarquização das dificuldades ou das estradas em pior estado, começar essas intervenções. Não quer com isto dizer que tem relação com a aproximação das eleições, mas sim com o facto de apenas no ano passado e apenas este ano terem conseguido baixar finalmente o rácio de endividamento para valores inferiores àquilo que era o limite, referindo que no ano passado tinha sido o melhor ano de sempre, onde tiveram uma disponibilidade de financiar cerca de quatrocentos mil euros, quadruplicando este ano essa capacidade, sendo esta a única



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

justificação, referiu ainda que se olharem para a EDP, em Iluminação Pública são cerca de quase quatrocentos mil euros anuais, se falarem na recolha do lixo, eram mais de quatrocentos mil euros anuais, bem como naquilo que era o prejuízo da água. -----

Continuou dizendo que existem situações que são consideradas perdas e que vão ter que resolver de uma outra forma, nomeadamente com instituições sociais, nem que para tal exista uma compensação, como por exemplo a própria situação de Sendim, que é considerada perda para o município, mas que podem ter uma lógica de compensação pelo outro lado, mas contabilisticamente tê-la de outra forma para terem os números muito mais concentrados com aquilo que é a realidade do concelho, portanto, dentro daquilo que ainda era a lógica das perdas porque não está refletida, falam de mais de trezentos mil euros de dívida. -----

Concluiu referindo que são das Câmaras que mais gasta dinheiro em transportes, porque a maior parte das outras câmaras têm muito mais transportes intermunicipais que não são pagas pelas câmaras, mas sim pela comunidade intermunicipal, e no fundo pagar as compensações para que operem em Tabuaço, resulta num valor de mais de duzentos e cinquenta mil euros. Portanto, todos os valores juntos, sem somarem vencimentos, condições diferentes do que aquelas que tiveram de ultrapassar, têm conseguido levar a nave a bom porto. -----

No que concerne à aplicação dos resultados, informou que têm um resultado líquido positivo de cento e noventa e três mil novecentos e setenta e sete euros à semelhança daquilo que normalmente fazem para resultados transitados de cento e oitenta e três mil euros e para reservas legais de dez mil euros. -----

Não havendo intervenções foram os pontos sujeitos a votação em separado, apurando-se os seguintes resultados: -----

O ponto cinco respeitante à apreciação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão relativos ao exercício de 2023 foi aprovado, por unanimidade, com vinte e um votos favoráveis. -----

O ponto seis respeitante à apreciação, discussão e votação da proposta sobre a aplicação do resultado líquido do exercício de 2023 foi aprovado, por unanimidade, com vinte e um votos favoráveis. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições ao **ponto sete - outros assuntos de interesse para o Município**, da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscrito o **Presidente da Junta da União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia**. -----

No uso da palavra o **Presidente da Junta da União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia** disse que o que o trazia eram boas notícias, pois tinha acabado de ouvir pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, e não podia deixar de aproveitar para o lembrar das pinturas das estradas, que tanto ele como os colegas se encontravam na mesma situação, principalmente no meio da via, pois têm dificuldade em circular nas estradas como a Granja do Tedo, Barcos e Santa Leocádia, dado a sua largura, relembrando-o ainda que a estrada de Barcos para Santa Leocádia está bastante degradada, e que inclusive caiu em vários sítios com o inverno. -----

Realçou ainda, que já foi discutido em várias reuniões com os senhores presidentes de junta e do Executivo Municipal, uma vez que eram acusamos de não falar, o Presidente da Junta da União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia disse que falavam nessas reuniões em assuntos que não eram precisos discutir em Assembleias Municipais. -----

Transmitiu ainda que os contentores do lixo estavam a ficar degradados e em mau estado, em todas as freguesias, e na última reunião de presidentes de junta e do Executivo Municipal, o mesmo foi discutido, e até ao momento não tinha renovação dos contentores. Mais disse que na sua última Assembleia de Freguesia houve descontentamento, mas neste caso a junta não tinha culpa, uma vez que já tinham falado do assunto na reunião, e sendo a Câmara Municipal a pagar o serviço de recolha do lixo, os contentores continuavam nesse estado não entendendo o porquê. -----

Finalizou, questionando qual seria a ideia de o tema do São João ser o vinte e cinco de abril, afirmando que achava que o vinte e cinco de abril era uma data, uma cerimónia muito diplomata, e o São João era uma data para se dançar e festejar, não estando a criticar quem teve essa opinião, mas no seu entendimento e uma vez que já tinham festejado o vinte e cinco de abril com uma cerimónia bonita, poderiam deixar o vinte e cinco de abril de parte. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** para dar resposta ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia. -----

Quanto às questões suscitadas pelo Presidente da Junta da União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia, relativamente ao tema das Festas do São João, o que lhe deu a entender é que tinha sido uma situação comum e unânime entre as associações e de quem esteve presente na reunião, mas que eventualmente se houvesse outras opiniões ou outras situações também se poderia agendar uma reunião com a maior brevidade possível, para se perceber a lógica, ao qual a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal também informou que se as associações tivessem outras ideias, podiam solicitar ou realizar uma reunião para discussão do mesmo. -----

No que diz respeito à questão das pinturas nas estradas é realmente fundamental, e à semelhança daquilo que já tinham falado há pouco das ETAR'S, ficou também, na altura, uma equipa responsável de analisar, à época o Engenheiro Pedro Fonseca e o senhor Ernesto Fonseca e eventualmente o senhor Rui Santos, não tendo presente qual a constituição da equipa, afirmando que tinham de criar esta hierarquização, e depois apresentar na reunião de maio com os presidentes de junta. Agradeceu ainda, as palavras do senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia, tendo a noção que a maior parte dos presentes de que em muitas dessas reuniões onde grande parte das vezes o Executivo Municipal está só a ouvir e a tentar de alguma forma também justificar e tentar concretizar, tendo a noção de que nem sempre é fácil e difícil. -----

Continuou reconhecendo a perigosidade da estrada de Santa Leocádia, e a sua deterioração, bem como em Valença do Douro, Sendim, Granjinha, Vale de Figueira, a estrada de Longa para Arcos, ou seja uma série de situações complexas, mas dentro daquilo que é a situação financeira do Município, não permitia conseguir chegar a todo lado ao mesmo tempo e, se calhar esta possibilidade que agora se pondera, se realmente for efetivada e for permitido ter este financiamento, permitirá atender estes problemas, pois é inadmissível que grande parte das estradas municipais anteriormente estradas nacionais, e que foram entregues há cerca de vinte ou trinta anos, ou menos muitas delas apenas com operações de cosmética, com pinturas e outros, em que o Estado as entregou, sem qualquer contrapartida, agravado pelo facto de uma estrada que antigamente durava cerca de vinte e cinco a trinta anos, agora dura cerca de dez a

ATA 15 || 2021.2025 Fls. 334



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quinze anos, decorrendo daquilo que são materiais utilizados, ou seja isto tudo conjugado cria dificuldades aos municípios, porque são muito poucos os municípios que têm a capacidade, principalmente em realidades como a de Tabuaço, atender a estes temas. -----

Afirmou ainda que a construção em si, bem como as intervenções nos terrenos acabam por fragilizar ainda mais os muros de suporte, sendo situações diferentes daquelas que têm como por exemplo estradas no Alentejo ou Ribatejo, onde tudo é plano, e onde as estradas custam menos de fazer, onde esse tipo de situações não são tidas em conta na distribuição por exemplo dos fundos de equilíbrios financeiros, em que o Município apenas apela que deixem requalificar as estradas que construíram. -----

Finalizou referindo que no que diz respeito aos contentores do lixo houve alterações ao caderno de encargos no sentido de haver uma exigência maior e de se conseguir concretizar junto da empresa em algumas áreas críticas, esperando que quando o contrato estiver terminado e assinado, tenham uma capacidade de exigência superior. -----

Seguidamente a Secretária da Assembleia Municipal leu a minuta da ata, que após votação foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram dezassete horas e doze minutos. -----

Para que conste, faça fé e validade vai a presente ata ser assinada pelo Presidente e Secretários, respetivamente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, -----

┌

└

A PRIMEIRA SECRETÁRIA, -----

┌

A SEGUNDA SECRETÁRIA, -----

┌

└